



A SOCIABILIDADE DE JOVENS ENTRE A MEDIAÇÃO DISCIPLINAR DA ESCOLA E O REGIME FARMACOPORNOGRÁFICO DAS REDES SOCIAIS¹

Sandy Aparecida Magalhães Fialho
Universidade Estadual de Montes Claros
sandy.magalhaes@unimontes.br
Rafael Baioni do Nascimento
Universidade Estadual de Montes Claros
baionirafael@gmail.com

Eixo: Educação e Diversidade

Palavras-chave: Escola. Farmacopornografia. Capitalismo.

Resumo: Buscamos, com esse artigo, analisar os processos de sociabilidade de jovens entre a mediação disciplinar da escola e o regime farmacopornográfico das redes sociais. Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, tendo por sujeitos três ex-estudantes da rede pública do Município de Montes Claros-MG. Como instrumento de coleta de dados, fizemos uso da entrevista semiestruturada, tendo por referencial teórico os estudos queer, principalmente a obra do Filósofo Paul Preciado. Por meio do nosso estudo, pudemos investigar algumas das maneiras que o regime farmacopornográfico atua na escola, por exemplo, as práticas socioculturais que, a partir das mídias sociais, influenciam o olhar do sujeito para si próprio e para o seu relacionamento com o outro, em uma sociedade progressivamente estruturada nos moldes desse dispositivo tecnológico.

Introdução

O que outrora era uma sociedade baseada, sobretudo, na produção industrial, agora é uma sociedade baseada em grande parte na produção de informação. Se talvez o conceito de “regime disciplinar” de Foucault (1987) tenha sido essencial para entendermos o primeiro, o conceito de “regime farmacopornográfico” de Paul B. Preciado (2018) traz novas ferramentas para compreendermos as transformações pelas quais estamos passando atualmente. Nesse regime, o dispositivo fármaco é constituído pela presença dos hormônios e drogas referentes às ficções somáticas do corpo; e o pornográfico sintetiza-se na visibilidade que ultrapassa categorias como público e privado, provocando o gerenciamento, a excitação, a frustração e o controle desses corpos.

Preciado (2018) define esse regime como a terceira fase do capitalismo, instituído após o regime escravista e industrial. Seus mecanismos emergiram no século XX, por meio “das ruínas urbanas, psíquicas, fisiológicas e ecológicas da Segunda Guerra Mundial” e ganharam

¹ Este artigo resulta de um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Entre Regras e Silenciamentos: gênero e sexualidade em escolas públicas de Montes Claros – MG*, defendida no ano de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O texto foi adequado às normas de submissão do presente periódico/evento, preservando sua vinculação com a pesquisa originalmente desenvolvida no referido programa.



maior notoriedade na década de 70, instituindo, dessa forma, novos padrões de subjetivação dos corpos.

O controle normativo e arquitetônico do panóptico de Bentham, explicitado por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*, é superado por um controle que se ancora na produção subjetiva de desejos, em uma contínua excitação-frustração da sociedade do consumo, uma vez que “o negócio farmacopornográfico é a invenção de um sujeito e, em seguida, sua reprodução global” (Preciado, 2018, p.38).

Sabemos que o regime disciplinar, em conjunto com o dispositivo da sexualidade, ainda está muito presente na escola, principalmente na educação básica, constituindo os sujeitos e suas relações por meio dos seus instrumentos e método. Por exemplo, as divisões em pequenas partes – as turmas seriadas, as filas separadas entre meninos e meninas, etc –, a hierarquização, o controle minucioso do tempo, a vigilância, os exames, etc. Contudo, fazemos a seguinte indagação: Será que a escola continua produzindo corpos domesticados como os descritos por Foucault em *Vigiar e Punir* ou precisamos nos ancorar em outros conceitos para além desses, para pensarmos a atual subjetivação dos corpos nesse espaço?

É partindo dessa problematização que objetivamos com esse estudo analisar os processos de sociabilidade de jovens entre a mediação disciplinar da escola e o regime farmacopornográfico das redes sociais, uma vez que o regime disciplinar no espaço escolar tem se transformado e adquirido características que talvez sejam melhor explicadas por meio da concepção de regime farmacopornográfico pensado por Preciado. Para tanto, optamos por realizar uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas como instrumento de pesquisa. Os sujeitos entrevistados foram três ex-alunos de escolas públicas do Município de Montes Claros-MG.

O Regime Farmacoponográfico

Segundo Foucault (1988), a datar do século XVIII, o Ocidente vivencia uma transição nos mecanismos de poder que regulavam a sociedade. O poder soberano, em que se constituía o direito de vida e morte, exteriorizado na punição dos corpos supliciados em praça pública, é então substituído por “um poder que gera a vida e a faz se ordenar em função de seus reclamos” (Foucault, 1988, p. 128), isto é, a Biopolítica.

Entende-se esse novo mecanismo por uma Biopolítica, pois o poder, que outrora se concentrava somente nos suplícios corpóreos, converte-se na correção e regulação dos corpos. Um saber racional e normativo é posto à disposição por meio do regime disciplinar, com intento de regular esses corpos, tornando-os indivíduos sujeitados ao poder. Uma vez que essa regulação não recai sobre os corpos individualizados, Foucault (1988) alude que o Estado, por meio da sua política estatal, gera essa regulação, operando na administração da vida e do corpo da população.

A Biopolítica vai apossar-se dos processos biológicos relacionados ao homem-espécie, concebendo sobre ele aparatos de regulamentação, implantados por meio do gerenciamento da gestão da vida do corpo social. Desse modo, a sexualidade, logo, a própria vida, converte-se em um dispositivo de controle, atuando por meio de uma rede de saber/poder que opera sobre os corpos com o intento de ampliar uma relação de dominação da população.

Esse mecanismo de poder sistematiza-se intrinsecamente com as relações políticas e econômicas, perpetuando reiteradamente todas as relações sociais. Configurando-se ainda em uma soma de estratégias de gestão de vida, que atua por meio de mecanismos biológicos e



políticos, como a higienização, a alimentação, a natalidade, a sexualidade, a longevidade, entre outros fatores, subjetivando esses corpos ao domínio e ideal pretendido pelo Estado.

É inspirado por esses estudos de Foucault que Paul Preciado tece investigações em torno dos processos de subjetivação e identidade, bem como da construção social e da política do sexo na contemporaneidade.

Para o autor, há em funcionamento, no mecanismo da Biopolítica, uma forma específica de controle sobre o sexo², sendo esta a sexopolítica. “A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo [...] entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida” (Preciado, 2011, p.11). Isto é, a sexopolítica irá atuar não somente nas regulações das práticas sociais, mas, a partir dos anos 50, ela irá agir sobre os aparatos biomoleculares. Suas formas de controle irão corrigir, transformar e controlar desde a relação molecular dos corpos a suas práticas em sociedade.

Desse modo, Preciado vai além dos estudos foucaultianos ao argumentar que a biopolítica não apenas produz disciplinas normativas que determinarão as formas de subjetivação, mas que “podemos compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (Preciado, 2011, p.12). Na modernidade, a sexualidade está inerente ao capital, sendo esse movimento denominado pelo autor supracitado como Império Sexual. Isto é, “o sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade”. Há um aprofundamento das formas de subjetivação e produção da identidade de gênero; as formas de controle não se reduzem mais em assumir a regulação da reprodução da vida, elas se apropriam de outras competências. As formas de controle irão moldar e construir os sujeitos a partir do lugar social desejado de gênero. “Já não se trata de revelar a verdade oculta na natureza, e sim da necessidade de explicitar os processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais o corpo, enquanto artefato adquire um status natural” (Preciado, 2011, p.38).

Essas mudanças tornam-se vigentes em decorrência das novas dinâmicas do tecnocapitalismo moderno que, por meio das indústrias bioquímica e pornográfica, estabeleceram novos modos de subjetivação da sexualidade. Essa sistemática é entendida por Preciado como um regime farmacopornográfico. Isto é, no período industrial era considerado como uma sociedade do controle, na qual o corpo se portava como lugar de disciplina e normatização, sendo posto como instrumento de utilidade. Já na sociedade pós-industrial, imersa no pregresso globalizante e midiático, esse controle se dá por meio do sexo e da sexualidade. Os processos de gestão biomolecular – fármaco – e semiótico-técnica – pornô – irão gerir as subjetividades, estas promovidas pelos novos instrumentos do tecnocapitalismo, como as indústrias bioquímicas, eletrônicas, de informática e comunicação.

Essa nova lógica capitalista se direciona na satisfação dos sujeitos que, em um curto período, se veem frustrados, adentrando em uma recorrência de excitação-frustração, por meio de diferentes signos semiótico-técnicos, linguísticos e corporais, que estão instaurados em sua subjetividade, produzindo um corpo auto pornográfico. Isto é, “o desejo, a excitação, a sexualidade, a sedução e o prazer da multidão” são os verdadeiros “motores de criação de valor agregado na economia contemporânea” (Preciado, 2018, p. 40).

² Entende-se por sexo “os órgãos chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes” (Preciado, 2011, p.11).



Nesse sentido, o sexo e a sexualidade passam por transformações no âmbito político e econômico em decorrência dos instrumentos do tecnocapitalismo, da mídia global e das biotecnologias de vigilância. Os sujeitos são impelidos a processos de transformações subjetivas e corporais que intentam produzir e comercializar a masculinidade, a feminilidade e a heterossexualidade como grandes estilos de vida. Modos de vida generificados são postos à disposição da produção de determinadas formas de ser, estar e experienciar a vida em sociedade.

Logo, o regime farmacopornográfico passa a atuar como uma pedagogia sexual – uma tecnologia de subjetivação – que irá instituir um discurso idealizado referente ao corpo, ditando suas funcionalidades e aplicabilidades – o que se faz com as mãos, com as bocas, as suas funções etc. – dentro de uma lógica representacional que irá organizar os desejos e discursos, dentro da cis-heteronormatividade. Em seus estudos, Preciado (2018) evidencia o quanto esse regime movimenta milhões de dólares por ano, simultaneamente com multinacionais como o Google, eBay, Instagram, Facebook, entre outras. Essa movimentação financeira simultânea não se dá aleatoriamente. O modelo farmacopornográfico de produção e consumo no capitalismo contemporâneo se porta como modelo para toda a indústria midiática e farmacêutica, atuando diretamente no mercado econômico por meio da dicotomia excitação/frustração.

Contudo, Preciado diz que o regime farmacopornográfico não atua só. O regime disciplinar de controle dos corpos ainda permanece presente na sociedade, atuando na subjetividade dos indivíduos. Contudo, é notório que, a datar do século XXI, já não se produz corpos dóceis. O que presenciamos é uma produção de corpos entre uma interface tecnorgânica, fragmentada e habitada por diversos modelos políticos.

Procedimientos metodológicos

Ancorados nos estudos de Paul Preciado, em relação ao regime farmacopornográfico e suas implicações na sociedade contemporânea, nós buscamos analisar a sociabilidade de jovens a partir da relação entre o sistema disciplinar escolar e a farmacopornográfico das redes sociais.

Para tanto, optamos por entrevistar três ex-estudantes não heterossexuais da rede pública de ensino do município de Montes Claros – MG. Tendo em vista os aspectos éticos da pesquisa, o nosso compromisso com o sigilo e a preservação dos dados confidenciais pelos sujeitos, identificaremos os participantes por A1, A2 e A3. Os três participantes se identificaram pertencentes ao gênero masculino, dois de orientação homossexual e um bissexual, entre 20 a 23 anos de idade. Dois se autodeclararam brancos e um negro. Todos afirmaram passar em média de 10h à 15h diárias conectados em redes sociais. A escolha dessa faixa etária se deu por conta da facilidade de acesso aos sujeitos, por serem maiores de idade e, conseqüentemente, de obtenção do seu consentimento. Além disso, nossa escolha se deu por acreditarmos que essa faixa etária já esteja sob forte influência das redes sociais e possui um tempo de distanciamento da experiência escolar, o que favorece a reflexão sobre essa experiência, mas que ao, mesmo tempo, não é um tempo de distanciamento excessivo, que poderia acarretar em esquecimento.

Cada entrevista totalizou em média 1h de duração, dividida em duas sessões. Na primeira, abordamos questões relacionadas aos dispositivos pornográficos e na segunda aos dispositivos fármacos, para melhor organização do texto. Devido ao distanciamento social, provocado pela pandemia do SARS-CoV-2, o Coronavírus, optamos por realizar as entrevistas via Google Meet.



Para além da disciplina: o regime farmacopornográfico e a subjetivação dos corpos

Historicamente, as instituições escolares nacionais se apresentam como um dos principais dispositivos a serviço do regime disciplinar. As suas configurações se ancoram no ideal de normalidade pautado no padrão do homem branco, burguês, hetero, física e mentalmente “normal”. É sabido que os sujeitos que escapam dessa normativa são acometidos por práticas, discursos e saberes discriminatórios e preconceituosos, que intentam, cotidianamente, regular esses corpos a uma naturalização de sexo e gênero legitimada pelos mecanismos de poder que são perpetuados na nossa sociedade.

Contudo, a partir do século XX, na sociedade pós-industrial, não nos deparamos somente com esse regime de controle dentro do espaço escolar. Onde antes predominavam práticas e técnicas disciplinares de subjetivação a partir de aparatos exteriores aos corpos, como os dispositivos de vigilância, na contemporaneidade, ele divide espaço com o regime farmacopornográfico, isto é

Na sociedade disciplinar, as tecnologias de subjetivação controlavam o corpo a partir do exterior como um aparato ortoarquitetônico, mas na sociedade farmacopornográfica as tecnologias se tornam parte do corpo: diluem-se nele, tornando-se somatécnicas. Como resultado, a relação corpo-poder torna-se tautológica: a tecnopolítica assume a forma de corpo, é incorporada (Preciado, 2018, p. 85).

O que acontece nas redes sociais impacta significativamente no cotidiano da escola. A fala dos participantes da pesquisa atesta essa afirmativa. Ao perguntarmos a eles se o que acontecia em suas redes sociais influenciava de forma significativa nas suas relações no convívio escolar, obtivemos as seguintes respostas:

Olha, influenciava muito. Eu preocupava com tudo o que eu postava, e não era só eu, muita gente era influenciada na época que eu estudava. Depois que eu comecei a utilizar as redes sociais com mais frequência, mais pessoas começaram a me acompanhar, comecei a ter um público que acompanhava o que eu postava, as pessoas mostravam bastante interesse nas minhas postagens. De certa forma isso foi bom pra mim, porque conheci uma enxurrada de gente, fiz muitas amizades. Mas também teve o lado negativo. Algumas pessoas se incomodavam com o que eu compartilhava ou se sentiam ofendidas. Já tive muitas discussões na escola por causa disso (A1, Entrevista, Dezembro, 2020).

Na minha perspectiva tinha certa influência. Eu era mais jovem, muito influenciável, me deixava levar muito pelas coisas. Tudo que eu via que fazia sucesso nas redes sociais, eu queria reproduzir na escola. Algumas vezes até no meu humor interferia, se eu visse algo que eu não tinha, seja material ou mesmo estético, acabava com meu dia. (A2, Entrevista, Dezembro, 2020).

Na minha época de escola eu não utilizava as redes sociais, justamente por ter tido uma experiência bastante negativa. Sofri muito preconceito, havia muita chacota com LGBTs e decidi excluí-las, preferia não ser visto (A3, Entrevista, Dezembro, 2020).

Logo, é fundamental refletirmos sobre os impactos das redes sociais nos processos de subjetivação dos corpos no espaço escolar, uma vez que a escola e os dispositivos midiáticos atuam na produção de normas, modelos identificatórios e formas de regulação dos sujeitos. Nesse sentido, a mídia, atravessada pela lógica do mercado e do consumo, interfere na constituição das subjetividades contemporâneas, especialmente no modo como os sujeitos



percebem seus corpos, suas sexualidades e suas formas de existência. Como afirma Han (2018), o digital instaura uma mudança normativa, pois não apenas amplia a circulação de informações, mas também define modos de ser e de aparecer.

Da mesma forma, para Preciado (2018), o corpo contemporâneo já não pode ser compreendido apenas como organismo biológico, pois passa a incorporar tecnologias, imagens, fluxos digitais e dispositivos de comunicação. Nesse regime, o corpo torna-se simultaneamente produtor e consumidor do capitalismo farmacopornográfico, sendo atravessado pela *potentia gaudendi*, isto é, pela capacidade de excitação que alimenta a produção de valor. Assim, por meio das mídias digitais e da circulação incessante de imagens, o dispositivo pornográfico atua na subjetivação dos sujeitos, organizando desejos, discursos e modos de visibilidade no espaço público.

Foi por esse viés que perguntamos aos entrevistados a suas opiniões sobre as imagens de corpos que são veiculadas nas redes sociais, se correspondem aos corpos do seu convívio diário e qual efeito as imagens de corpo veiculadas nas redes sociais tiveram em sua autoimagem e nas suas relações durante seu período escolar. Dentre as respostas, destacamos as citadas a abaixo:

As imagens de corpos da internet não são reais. E estamos o tempo todo expostos a essas imagens. O que é apresentado nessas imagens é justamente aquilo que a gente não tem, a gente precisa consumir para ter um corpo ao menos parecido, e é algo que não é acessível. Quem tem poder de consumo faz vários procedimentos para se adequar a essa ideia de corpo perfeito. Quem não tem essa condição, acaba procurando por procedimentos genéricos, alternativos, como o silicone industrial. Essa busca pelo corpo perfeito traz muito sofrimento (A3, Entrevista, Dezembro, 2020).

Impactou muito. Para ser sincero, foi esse ano, em 2020, que eu comecei a me aceitar, a aceitar meu corpo. Se eu estava gordo eu precisava emagrecer de qualquer jeito, não porque eu queria, mas porque eu queria ter o corpo perfeito. Precisava estar a caráter para as pessoas poderem me aceitar. As redes sociais interferiram muito para eu não me aceitar. Meu cabelo é cacheado, mas eu sempre alisava, para poder encaixar no padrão, porque tomo mundo me falava que cabelo liso era mais bonito. Agora, que estou começando a aceitar meu corpo, que percebo o quanto isso me fazia mal. Agora estou um pouco gordinho, mas estou tão bem comigo mesmo, não vou fazer dieta, não vou correr só para poder entrar nesse padrão que é imposto pelas pessoas e principalmente pelas redes sociais. Se eu fizer hoje, é por saúde, se for preciso. Mas na época da escola, eu ia querer me encaixar de qualquer jeito. Tudo que eu via na internet eu queria fazer comigo para atingir aquilo ali. Lembro que uma vez vi uma postagem no Facebook, a pessoa falava que respeitava todos os corpos, porém que não era bonito uma pessoa gorda, que era descuido, que pele flácida era descuido, hoje vejo que não havia respeito nenhum ali, e o quanto isso entrou na minha mente, o quanto afetou meu pensamento sobre o meu corpo, eu me sentia horrível. E não foi só isso, o tempo todo nós vemos coisas do tipo nas redes sociais, o padrão imposto é muito forte. Essa pressão estética causa um efeito devastador. Eu deixava de comer para emagrecer, deixava de viver, para ficar em função de alcançar aquele corpo, mas eu não conseguia, e isso me deixava muito mal (A1, Entrevista, Dezembro, 2020).

“Nos campos da biotecnologia e da pornocomunicação, não há objetos a produzir, trata-se de inventar um sujeito e produzi-lo em escala global” (Preciado, 2018, p. 57). Como dito anteriormente, o dispositivo pornográfico atuará diretamente na produção e na venda incessante



de imagens, constituídas dentro de uma utopia de gênero, a qual, por meio da excitação-frustração, os sujeitos buscarão alcançar o ideal de perfeição.

As ofertas de consumo são ancoradas em um ideal de normalização em que o corpo perfeito é representado por imagens estereotipadas e excludentes. O corpo alto, magro, branco, heterossexual é o principal ator a estampar os anúncios publicitários e editoriais de moda. A indústria midiática legitima o que é belo ou não, o que concebível de ser visto ou não, incitando o consumo de técnicas e instrumentos que aproximem os corpos desse ideal mercadológico.

Desse modo, os corpos são sujeitados a uma quantidade exorbitante de estratégias de visibilidade, que os impelem a projetar, nas redes sociais, perfis que provoquem um maior número de olhares. Quanto mais distante da vida real um perfil é, mais atraente ele se torna, influenciando os sujeitos a buscarem meios de se igualarem ao que veem nas publicações midiáticas.

Hoje, a validação da existência passa a ser intensamente mediada pela visibilidade digital, expressa em curtidas, seguidores e formas de exposição pública de si. Nesse contexto, como indicam Han (2020) e Preciado (2018), as redes digitais não apenas reproduzem a vida cotidiana, mas também transformam corpos, desejos e subjetividades em imagens consumíveis e comercializáveis. O pornográfico, em Preciado, não se limita ao sexo explícito, mas refere-se a uma lógica político-econômica de exposição do privado, convertendo a intimidade em mercadoria e valor de troca. Articulado ao dispositivo farmacológico, esse regime impulsiona a busca por aperfeiçoamento corporal, controle da aparência, excitação imediata e adequação a modelos normativos de gênero e sexualidade. Desse modo, tecnologias estéticas, medicamentos, hormônios, cirurgias, cosméticos e imagens digitais participam da produção de corpos desejáveis, ao mesmo tempo em que reforçam desigualdades, estigmas e formas contemporâneas de normalização corporal.

A partir dessa perspectiva, propomo-nos a investigar com os participantes da pesquisa, suas inferências e experiências em relação às doenças psíquicas, o uso de psicotrópicos pela comunidade LGBTQIA+ e a influência das redes sociais nesse processo, dado que “a indústria farmacêutica e a indústria audiovisual são os pilares sobre os quais se apoia o biocapitalismo contemporâneo” (Preciado, 2018, p. 54). Destacamos as seguintes falas:

Eu conheço muita gente LGBT que toma medicação para ansiedade e depressão, remédio para dormir em muitos casos, também. Muitos dos meus amigos e amigas LGBT têm problema na família por esse motivo, o que acaba adoecendo mesmo. Trazendo para os dias de hoje, eu acho que as redes sociais tanto ajudam quanto piora essa situação, meio a meio, mesmo. Por um lado, contribui para piorar esses sintomas, há muita pressão estética, há muito preconceito, na rede social as pessoas se sentem mais livres para se posicionar, muitas vezes de forma preconceituosa e homofóbica. Isso desencadeia uma série de gatilhos que vão gerar mais sofrimento. Por outro lado, percebo que hoje já temos um suporte que não tínhamos há alguns anos na rede social, hoje tem grupos de apoio, tem páginas específicas sobre as questões de gênero e sexualidade, corpo, cultura, que pode ser um apoio também, principalmente para quem não tem outros meios, como apoio familiar. Mas ainda tem muito o lado negativo, infelizmente acho que ele predomina (A3, Entrevista, Dezembro, 2020).

Ainda que os participantes A1 e A2 não tenham mencionado o uso de medicamentos para doenças psíquicas, eles mencionaram sofrimento psíquico relacionado a vivências LGBTQIA+



Vivi muitas experiências de sofrimento psíquico, a comunidade LGBT vive mais que os outros grupos, são muito preconceito, muita ofensa, muita humilhação disfarçada. Nas próprias redes sociais, a gente topa com muitas publicações com teor de ofensa e preconceito. É muito comum a depressão e sentimento de culpa. Comigo foi assim, eu pensava: não estou sendo a pessoa que meu pai e minha família queriam que eu fosse, sou uma vergonha para minha família, para mim mesmo. Acabei entrando em depressão. Muitos negam a si mesmo, não se aceitam, por causa dessas pressões que sofrem. No meu caso, por exemplo, já sofri muito preconceito da minha família, no meio em que eu vivia. Acabei tentando me mudar, mudar meu jeito de ser, minha aparência, tentei namorar mulher. Mas entrei em depressão, eu não comia, só pensava no que eu precisava mudar em mim para eu ser o que as pessoas queriam que eu fosse. Mais magro... Mais homem... Não gosto nem de lembrar, dessa época. (A1, Entrevista, Dezembro, 2020).

Se as redes sociais influenciam isso? Não sei... Sinceramente, acho que as redes sociais só se apropriam das pautas LGBT para vender e dar para a cada um o que lhe agrada. Agora, não tem como negar que contribuem de alguma forma, pois irão dar mais visibilidade sobre outras representações do que nós somos enquanto LGBT. Por exemplo, antigamente a gente só via na televisão, Vera Verão, Rosa e Rosinha, aqueles personagens extremamente caricatos e vulgares, em programas como Zorra Total. Hoje temos outras referências de pessoas LGBT mostrando as suas próprias visões e suas próprias representações. Mas, acho que as redes sociais ajudam mais como um placebo, hoje, ela tem de certa forma, agradado a gente, mas da mesma maneira que ela traz coisas que nos agrada, ela também dar conteúdos aos grupos que nos atacam. Então ela só se apropriou da ação de dar a cada um o que quer consumir (A2, Entrevista, Dezembro, 2020).

A partir dos relatos, é notório que na atualidade o olhar externo passa a ocupar um lugar estratégico nos processos de subjetivação dos corpos. A busca pela aprovação do outro direciona os sujeitos a assumirem uma direção explicitamente exibicionista e autocentrada de si. Esses ideais individualizantes de aperfeiçoamento e de superação de si, ao não serem atingidos, acarretam na frustração e na falta do ideal estabelecido sobre o eu. Hoje há uma busca pela satisfação imediata e ininterrupta da excitação. O imediato é supervalorizado, constituindo padrões de qualidade fundamentais ao bem estar requerido pela sociedade. As aflições, como a ansiedade, a tristeza, a depressão, entre outras, são silenciadas pelos fármacos que prometem uma “cura” repentina. E, quando a resolução desses problemas se baseia apenas na medicação desses corpos, evita-se o confronto com as questões que permeiam esses adoecimentos, como a homofobia e o preconceito. Todas as especificidades que acompanham essa problemática são reduzidas a instrumentos fármacos que irão tratar esses mal-estares apenas como uma disfunção corporal, o sofrimento do sujeito reduz-se a um mero distúrbio neurofisiológico. Para o sistema capitalista, convém manter os corpos reféns do seu ideal normativo e, dessa forma, eles irão consumir e alimentar esse sistema, com a busca incessante por reconhecimento e bem estar. Não mais se busca a causa, mas apenas a eliminação dos sintomas.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED

O objeto de estudo deste artigo insere-se no campo da pesquisa em Educação ao problematizar como os processos de sociabilidade juvenil são atravessados por dispositivos escolares, midiáticos e normativos que incidem sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades. Ao analisar experiências de jovens não heterossexuais e suas relações com a escola e as redes



sociais, o estudo contribui para compreender os modos pelos quais a educação participa da produção, regulação e também contestação das diferenças. Desse modo, o artigo dialoga diretamente com o eixo Educação e Diversidade, uma vez que aborda desigualdades, formas de silenciamento, experiências LGBTQIA+ e processos de subjetivação no contexto escolar.

Considerações finais

A partir dos nossos estudos e da análise do material obtido nas entrevistas com os participantes da pesquisa, é possível afirmarmos que as redes sociais interferem significativamente nas formas de convívio social dos sujeitos. Pensar nas práticas socioculturais a partir das mídias sociais, onde há uma produção incessante de informações e uma alta venda do fluxo de imagem, implica em repensar o ser alguém e o ser alguém ao relacionar-se com o outro em uma sociedade progressivamente estruturada nos moldes desse dispositivo tecnológico, que atua na contínua excitação-frustração da sociedade do consumo.

Em suas falas, os sujeitos participantes evidenciaram o quanto as redes sociais influenciam direta e indiretamente seus comportamentos na escola. Além da busca pela imagem ideal, eles relatam os sofrimentos psíquicos decorrentes da pressão por adequação às normas de gênero e dos preconceitos, em sua maioria, intensificados pelas mídias sociais. Outro ponto recorrente, em consequência dessa sistemática, é o uso de medicamentos e substâncias psicoativas recreativas legais e ilegais, como tentativa de lidar com ansiedade, depressão e outros sentimentos potencializados pelos padrões veiculados nas redes sociais. Todos estes instrumentos estão intrínsecos aos processos de subjetivação desses corpos.

Logo, é impossível que o regime farmacopornográfico seja alheio ao ambiente escolar, uma vez que o corpo da sociedade atual é um produto desse regime. Não é mais o espaço disciplinar que domina a sujeição dos corpos com suas normativas de sexo e gênero, contrariamente, o corpo farmacopornográfico que adentrou o espaço disciplinar, abalando seus instrumentos e técnicas de controle. Já não se produzem corpos tão dóceis como no passado.

As tecnologias de produção de corpo e subjetividade, postas em movimento pelas inovações tecnológicas como a biotecnologia e engenharia genética, bem como as representações semióticas, passando pela internet, redes sociais, videogames, etc. penetraram a vida cotidiana, adentrando os muros da escola. Compreendemos que o controle disciplinar ainda vigora nessa instituição; contudo, o controle farmacopornográfico, principalmente por meio das redes sociais, atua diretamente no processo de subjetivação do público pertencente a ela, interferindo, desse modo, na sociabilidade desses sujeitos dentro do espaço escolar.

Referências

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PRECIADO, Paul. Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, p. 11-20, jan.-abr. 2011.
- PRECIADO, Paul. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.